

39º Encontro Anual da ANPOCS

SPG11 O papel da ciência na sociedade contemporânea

**Conservação da Biodiversidade no Corredor da
Biodiversidade da Mata Atlântica do Nordeste: saber e
poder na zona da “mata” nordestina.**

Laila Sandroni

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão sobre os caminhos metodológicos de uma pesquisa em elaboração sobre as articulações entre as formas de conhecimento e os embates políticos, econômicos e sociais em torno da conservação da biodiversidade no contexto territorial do Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do Nordeste. O recorte espacial proposto configura um ambiente de extrema degradação ambiental, onde o uso predominante do solo é o plantio extensivo de cana de açúcar aliado à indústria sucroalcooleira. Neste cenário, a disputa pela noção de conservação da biodiversidade torna-se um importante instrumento no conflito entre diferentes modos de vida, na medida em que aglutina em torno de si outras formas de uso do território ao modelo de exploração da vida baseado na monocultura da cana e na concentração fundiária. A ciência possui um papel central nesta disputa, sobretudo as ciências biológicas. Para aproximarmos desta complexa arena de disputas, faremos uma cartografia das formas de saber e poder envolvendo a conservação da biodiversidade no contexto em questão, partindo das duas principais agências de construção do saber na párea das ciências naturais que atuam junto ao corredor, a saber a Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste (AMANE) e o Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (Cepan). Apresentaremos aqui as formas atuais desta cartografia que está apenas começando a tomar forma. Apresentaremos as inquietações já levantadas neste estágio da pesquisa e as ferramentas e pistas que procuraremos seguir em seu percurso.

Palavras-Chave: Rede; Cartografia; Conservação da Biodiversidade; Mata Atlântica; Nordeste.

Introdução

Esta comunicação tem como objetivo compartilhar o início do processo de construção de uma cartografia sobre as relações entre saber e poder em torno da questão da conservação da biodiversidade no contexto territorial do Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do Nordeste (CBNE)¹. O objetivo da pesquisa é refletir sobre as articulações entre as formas de conhecimento e os embates políticos, econômicos e sociais sobre a conservação neste território em suas diversas dimensões, tendo como foco as ações que tornam presentes o conceito de corredor. A proposta de pesquisa aqui apresentada foi construída a partir da atuação da pesquisadora junto a comunidades indígenas na região onde se desenvolverá o trabalho. Salta aos olhos de qualquer um que percorra o território incutido no mapa do CBNE a intensa degradação ambiental, deixando clara a relevância de discutir a questão da conservação neste contexto. A degradação é quase total, a construção de alternativas é urgente. Além disso, são escassas as pesquisas em ciências sociais debruçadas sobre a questão da conservação nesta região. Podemos levantar a hipótese de que esta escassez seria fruto, por um lado, do fato de que, em geral, os estudos sobre a conservação da biodiversidade na mata atlântica privilegiam áreas com altos índices de conservação e, por outro, porque conflitos de outras ordens talvez chamem mais a atenção dos cientistas sociais que estudam questões ou comunidades situadas na zona da mata nordestina como, por exemplo, os regimes de exploração do trabalho associados à cana de açúcar.

O papel da ciência aparece como fundamental nos debates sobre conservação, e será o foco central da cartografia. O próprio mapa e o conceito do corredor são oriundos desta forma discursiva. Este trabalho pretende, assim, contribuir com o debate mais geral sobre a relação entre ciência e sociedade. A proposta pretende dialogar com o 'idioma da coprodução' que, apesar de bastante explorado na Europa, Estados Unidos e África, foi pouco trabalhado no Brasil e América Latina, constituindo um campo em aberto para experimentações. Temos ainda como objetivo uma compreensão mais profunda das relações entre saber e poder quando o assunto é conservação da biodiversidade. A reorganização destas disputas pode ajudar a fortalecer processos de luta para a construção de modos de vida para além da indústria sucroalcooleira. De acordo com as pistas do método da cartografia (PASSOS et al, 2012) o pesquisador está implicado na cartografia por ele realizada, sendo a pesquisa mais um elemento no jogo político que pretende analisar, embasada em uma forma de saber igualmente específica. Em nosso caso, a posição da cartografia que pretendemos fazer no jogo de relações está baseada em uma visão constituída a partir das ciências sociais, alinhada aos povos e comunidades locais que vivem no território do CBNE, à construção de espaços de liberdade para essas pessoas e à necessidade de abertura de novos territórios simbólicos

1 Mapa: ANEXO 1

de multiplicidade em oposição à homogeneização, através de formas de vida particulares na região, que são constantemente assediadas pelos fazendeiros e negligenciadas pelos ambientalistas.

Paisagens do Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do Nordeste

O CBNE foi desenhado por instituições ambientalistas articuladas em rede a partir de critérios políticos e da definição de áreas prioritárias para a conservação na zona da mata nordestina. Segundo o material fornecido pelos articuladores desta proposta, o corredor tem como objetivo ser uma: “Rede de áreas protegidas que, em conjunto com diferentes sistemas de uso da terra, é manejada de forma a maximizar a persistência regional de um grande número de espécies, a manutenção de processos ecológicos e evolutivos e o desenvolvimento de uma economia regional forte e resiliente baseada no uso sustentável dos recursos naturais.” A concepção de corredor de biodiversidade abordada neste caso afasta-se, portanto, de outra visão bastante utilizada em outras ações em prol da conservação, que se refere à viabilização de conexões entre diferentes fragmentos florestais possibilitando a circulação de determinadas espécies. O Corredor da Biodiversidade da Mata Atlântica do Nordeste (CBNE) pretende, ao contrário, ser uma estratégia mais abrangente de compatibilização de diferentes formas de uso da terra em um extenso território contínuo (9.818.895 ha), de maneira a maximizar o quanto possível os processos de conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

De acordo com relatório produzido pelo Ministério do Meio Ambiente (CUNHA; GUEDES, 2013), dentre as regiões abracadas pela Mata Atlântica, a região nordeste é a que possui menos remanescentes deste bioma, além de ser também a que possui menor montante de dados sobre a localização e riqueza da biodiversidade da cobertura vegetal pré-colonização. Isto confere com o fato de que, dos quase 10 milhões de hectares que conformam o corredor, apenas cerca de 600 mil possuem remanescentes florestais. Iremos, portanto, tratar das disputas em torno da conservação em um contexto onde a fragmentação da biodiversidade é a regra e não a exceção. Neste cenário desolador ocorreu em 1993 a primeira iniciativa em larga escala para identificar áreas prioritárias para a conservação em uma extensa região da Mata Atlântica. A partir destes dados e da combinação com outras fontes foi desenhado o corredor, que abarca 386 municípios nos estados do Rio grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia focalizando as áreas apontadas pela iniciativa anterior (vide ANEXO I). Dentre estes pontos, a região com o maior número de ações ligadas ao corredor é o Complexo Ecológico de Murici, situado no município homônimo, em Alagoas (Área 8 – ANEXO I).

A situação de extrema degradação é fruto do movimento histórico de ocupação e uso do

território ocorrido a partir da colonização portuguesa. O território do CBNE passou e ainda passa por um intenso e antigo processo de degradação ambiental baseada na monocultura extensiva da cana de açúcar, que opera um duplo processo de exploração da natureza e das pessoas. O nordeste brasileiro, particularmente as planícies litorâneas da zona da mata nordestina, dotadas de terras férteis e chuvas constantes, conformaram um dos primeiros espaços do Brasil a serem ocupados pela monocultura da cana de açúcar, já em meados do século XVI. A partir daí, ocorreram diversos ciclos de ascensão e declínio da cana de acordo com as disputas entre os invasores (por exemplo, as pelejas entre holandeses e portugueses em Pernambuco no século XVII), com as resistências das populações exploradas, com a fertilidade dos solos, o preço dos produtos da cana no mercado interno e externo, os incentivos por parte do Estado brasileiro e a tecnologia disponível em cada período histórico.

Os sucessivos ciclos de expansão da cana foram responsáveis pelo uso intensivo e extensivo do solo causando sua infertilidade, pela derrubada das matas, pela extinção de espécies endêmicas, pelo genocídio de populações indígenas, pela exploração do trabalho de homens e mulheres, principalmente negros. Nos últimos 30 anos a cana na região sofreu o seu mais recente período de baixa, se reorganizando e ganhando grande força e vigor, a partir do avanço cada vez maior em terras ainda não exploradas, como os tabuleiros alagoanos, devido aos incentivos fiscais e a adoção de novas tecnologias (SANTOS et al, 2007). O modelo agroindustrial baseado no plantio da cana e na sua transformação em etanol e açúcar nas grandes usinas reificou-se a partir da década de 1990 como forma preponderante de ocupação e uso do solo no recorte espacial proposto. Associado à indústria sucroalcooleira está aliado um processo de intensa exploração, baseado em regimes de trabalho extremamente extenuantes (SHIMADA, 2014). O corte da cana-de-açúcar exige do trabalhador um alto esforço físico para poder cortar o maior peso de cana possível a cada jornada de trabalho, e ainda assim os pagamentos são baixíssimos podendo chegar a R\$ 12,00 por tonelada. Um trabalhador médio ganha, neste caso, cerca de 30 a 40 reais pela pesadíssima jornada de trabalho (TUPINAMBÁ; SANDRONI; TARIN, 2015). No Estado de Alagoas, por exemplo, cerca de 80% do território é ocupado pelo plantio e transformação agroindustrial da cana de açúcar e esta aparece como a única opção de trabalho para grande parte da população durante o período de estiagem do verão.

Neste cenário, a disputa pela noção de conservação da biodiversidade torna-se um importante instrumento de luta, na medida em que pode aglutinar em torno de si outros modos de vida diferentes daquele que ocupa a maior parte do território. A própria concepção do corredor coloca a possibilidade de pensar, no mínimo, a combinação deste e outros modos de uso da terra e relação com o território. Isso não quer dizer que as posições e ações relativas a esta temática neste

território sejam homogêneas, há uma miríade de atores e formas de vida e saber interconectadas em rede envolvidas nas discussões sobre conservação neste ou em qualquer outro território onde a conservação está em debate. Há um relativo consenso sobre a necessidade de conservar, mas o que isso quer dizer e como devemos agir para que esta conservação seja atingida, são pontos de intensa disputa.

Como ocorre em diversos aspectos da questão ambiental, quando o assunto é conservação, a voz da ciência possui maior legitimidade social nas tomadas de decisão do que outras formas de conhecimento. A atuação de biólogos através de centros de pesquisa e ONGs – inclusive em situações onde estes dois tipos de instituição se confundem – tendem a determinar a maior parte dos rumos das medidas de conservação e operar um papel central nas relações políticas aliadas a estes propósitos. Desta maneira, o fio condutor deste estudo será a análise do papel político e da posição das duas principais instituições de pesquisa e ação que articularam a formulação e “implementação”² do corredor em questão na rede de atores que disputam a conservação neste contexto, a saber, as ONGs Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (Cepan)³ e Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste (AMANE)⁴. A primeira é explicitamente um centro de pesquisas, trabalha na elaboração de projetos e produção de conhecimento científico especificamente na área de ciências ecológicas e biológicas envolvendo a conservação da biodiversidade no Nordeste. Está ligada em sua base à Universidade Federal de Pernambuco e possui parcerias principalmente com outras instituições ambientalistas e organizações da indústria sucroalcooleira. A segunda, é o braço institucional de atuação do CBNE, formada através de uma aliança estabelecida em 2004 entre oito ONGs⁵ (dentre ela o próprio Cepan), pelo pacto de Murici. A AMANE atua principalmente na execução de projetos de fortalecimento do corredor como, por exemplo, a formação da rede de gestores da Mata Atlântica do Nordeste, auxílio na elaboração de

2 Usamos aqui implementação entre aspas para não dar ao leitor desavisado a impressão de que o corredor está sendo implementado por igual em toda a sua extensão. O desenho do Corredor tal como podemos observar no mapa é, na realidade, apenas um instrumento para pensar ações e realizar pressões, pois na prática a atuação conectada a este projeto estão circunscritas a pequenas porções deste território.

3 “O Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (Cepan) é uma instituição privada, sem fins lucrativos, fundada no ano 2000 por professores-pesquisadores e alunos de pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco, que tem como missão gerar e divulgar soluções estratégicas para a conservação da biodiversidade mediante ciência, formação de recursos humanos e diálogo com a sociedade. O Cepan atua no planejamento, coordenação e execução de projetos de conservação da biodiversidade na área do Corredor de Biodiversidade do Nordeste (CBNE) – região da floresta Atlântica nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte - em parceria com instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas.” (Fonte: <http://www.cepan.org.br/sobre.php>. Acesso: 16/06/2015)

4 A AMANE, Associação para Proteção da Mata Atlântica do Nordeste, é uma associação sem fins lucrativos e fins não econômicos, cuja missão é proteger e recuperar a Mata Atlântica do Nordeste, por meio da conservação da biodiversidade e do desenvolvimento de benefícios sócio-ambientais. (Fonte: <http://www.amane.org.br/quem-somos/visao-missao-e-valores/> Acesso 16/06/2015)

5 São elas: Birdlife International (BI); Centro de Estudos e Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN); Aliança para Conservação da Mata Atlântica (Conservação Internacional e Fundação SOS Mata Atlântica); Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (IA-RBMA); The Nature Conservancy (TNC); Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE) e WWF-Brasil.

planos de manejo de Unidades de Conservação (UCs) e capacitação de lideranças nas áreas prioritárias. Realiza também algumas publicações e relatórios sobre as práticas e saberes construídos ao longo dos projetos executados. Ou seja, ambas as instituições são formuladoras de saber e possuem atuação direta no corredor, fazendo parte de sua criação e das ações atuais.

Partindo destas instituições como porta de entrada, procuraremos traçar suas articulações, afinidades e/ou disparidades com outros atores e suas respectivas posições, fazendo uma cartografia da rede de atores e discursos que participam do debate sobre conservação da biodiversidade no CBNE. Adiantando podemos reconhecer que outros grupos atuantes são as populações tradicionais, povos indígenas, pequenos agricultores e os próprios grandes fazendeiros da cana de açúcar. Está em voga hoje no Brasil a discussão sobre a relação entre áreas protegidas e populações tradicionais. Será, portanto, importante reconhecer quem são e como se posicionam estas populações no contexto das UCs que conformam as áreas prioritárias de atuação do CBNE. Por este motivo, estas populações provavelmente irão estar presentes nas reuniões promovidas pela AMANE. Por outro lado, há pouca (ou nenhuma) menção específica nos quadros das redes da AMANE sobre as populações indígenas, corroborando a ideia de que estes povos teriam sido extintos no Nordeste. Entretanto, na faixa coberta pelo corredor poderíamos citar ao menos os Potiguara na Paraíba, os Karapotó plak-ô e os Kariri Xokó em Alagoas (em Pernambuco as aldeias são mais interioranas, sendo mais difícil precisar quais estariam dentro ou fora do corredor que barca fundamentalmente a zona da mata, mas incorporou brejos e tabuleiros). Sabemos também que grupos de pequenos agricultores e populações assentadas figuram nas reuniões da AMANE, mas há uma heterogeneidade no extenso território do CBNE que é preciso ter em mente para precisar melhor quais assentamentos e outras organizações de pequenos agricultores de fato se inserem na discussão sobre conservação, através desta ONG ou por outros meios. Por fim, a presença preponderante dos latifundiários da cana e empresários da indústria sucroalcooleira (que, na maioria dos casos, são as mesmas pessoas) precisa ser reconhecida, pois este grupo que seria, a princípio, um agente de fragmentação da biodiversidade, profere um forte discurso sobre a conservação, aliado à responsabilidade social e ambiental das empresas. Há, portanto, uma miríade de produções de saber e de agenciamentos acerca da conservação da biodiversidade neste contexto que é justamente o que procuraremos mapear.

Consideramos fundamental falar ao mesmo tempo em discurso/saber e ação/agenciamento pois compreendemos que conhecimento, cultura e política são elementos que não podem ser compreendidos separadamente (JASANOFF, 2011). Os conhecimentos (entre eles o conhecimento científico) sobre o que é e como deve ser alcançada a conservação da biodiversidade são, portanto, saberes social e historicamente produzidos. As ciências biológicas possuem, neste caso, uma grande

centralidade pois determina diversas das clivagens a partir das quais os atores sociais se organizam e agem sobre o território. Da mesma maneira, as outras formas de conhecimento sobre a biodiversidade presentes naquele território são conhecimentos situados, gerados a partir de um determinado contexto sócio-político a partir de uma visão de mundo específica (HARAWAY, 1995). Procuraremos assim reconhecer as relações entre saber e poder existentes neste contexto territorial (CBNE) e simbólico (conservação da biodiversidade), e como elas atravessam as relações sociais entre os diferentes grupos que produzem discurso e ação sobre o que ainda resta da biodiversidade.

Desta maneira, pensar as relações entre saber e poder no contexto territorial do CBNE significa pensar conhecimento, política e cultura como processos em constante transformação, em constante reiteração ou contestação, relacionadas às formas de organização material e simbólica das pessoas e objetos imbricados em rede (LAW, 1994). O instrumento utilizado para desenhar esta rede será a cartografia, uma maneira de construir conhecimento que acompanha e se faz junto aos movimentos de transformação da paisagens (ROLNIK, 2009). Na esteira desta perspectiva, procuraremos cartografar a disputa pela conservação da biodiversidade no CBNE, reconhecendo quais os conhecimentos e epistemologias acessados por cada ator e qual a sua relação com as posições e ações políticas dos mesmos no que diz respeito à conservação ou degradação ambiental. A partir deste mapeamento poderemos nos aproximar com maior afinidade e propriedade das problemática entorno da coprodução entre conhecimento, política e cultura, quando o assunto é conservação da biodiversidade em um contexto de degradação deixando mais nítidos os contornos deste ambiente onde estas relações em constante reorganização acontecem.

Algumas bússolas para o nosso caminhar

Diante deste cenário de extrema degradação e da constatação da existência de uma complexa arena de disputas configurada em torno da conservação da biodiversidade, elencamos um conjunto de questões que possam direcionar as próximas ações. É importante deixar claro que não temos a intenção de que estas questões guias enrijeçam o processo de pesquisa. Partindo da concepção metodológica da cartografia, e dialogando com vertentes da etnografia contemporânea, estamos abertos para que os confrontos do trabalho de campo e as visões dos sujeitos imbricados no processo observado reorganizem as questões de pesquisa (CLIFFORD, 1998). Isto não apaga, contudo, a importância destas formulações iniciais, pois seu objetivo é mais clarificar as direções a serem tomadas na continuidade do caminhar da pesquisa, do que serem necessariamente respondidas. Estamos procurando aqui apenas desenhar alguns nortes para que possamos utilizar

nossas bússolas ao longo da pesquisa.

Neste sentido, quanto ao cenário estudado elencamos uma questão central à qual procuraremos responder e/ou reformular ao longo do percurso: **Qual a relação entre conhecimento e política em torno da Conservação da Biodiversidade no contexto do Corredor da Mata Atlântica Nordeste?** Ou então, colocando em termos metodológicos: **Qual a conformação da rede de atores que disputam a conservação da biodiversidade no território abarcado pelo Corredor da Mata Atlântica do Nordeste?**

A partir desta questão central elencamos algumas questões secundárias de acordo com as situações específicas dos diferentes atores, e com a configuração das relações entre eles: estes atores conformam de fato uma rede contínua ou há descontinuidades? Em quais escalas esta rede atua? Quais são os nós centrais e os nós secundários desta rede? Quais são os modos de ordenamento preponderantes nesta rede e quais são os marginalizados? Os indígenas e outras populações tradicionais participam desta rede? Como? Os fazendeiros e usineiros participam desta rede? Como? Quais são as relações de potencialização e despotencialização entre estes e outros atores? As instituições político-científicas ambientalistas (AMANE e Cepan) conformam mesmo um ator central? Como se constituem enquanto tal? Há diferenças entre elas? Quais são as formas de conhecimento acessadas pelos atores a fim de afirmar e legitimar sua posição perante aos outros? Qual o papel do conhecimento científico das ciências naturais nas disputas sobre conservação da biodiversidade? Qual o papel das ciências sociais? De onde provém e como são formulados estes conhecimentos acessados? Quais os princípios norteadores da biodiversidade nos quais se sustentam a posição de cada ator na rede? Quais os critérios de verdade que os legitimam? Como se constrói a hierarquia nessa legitimação e como ela se apoia ao mesmo tempo na posição social-política e no conhecimento?

Estas perguntas deverão, ao longo do percurso de pesquisa serem revogadas, reformuladas ou desdobradas em muitas outras de acordo com as contingências do tempo, recursos, e fechamentos e aberturas da própria rede. Iremos seguir os atores em campo o quanto for possível (LATOUR, 2012), reconhecendo as categorias e clivagens utilizadas pelos próprios atores com o intuito de desenhar uma cartografia das relações entre saber e poder em torno da questão da conservação da biodiversidade naquele território, posicionando-nos explicitamente como mais um ator neste mapa e nesta controvérsia.

Formas atuais da cartografia

Da mesma maneira que as questões de pesquisa, optamos metodologicamente por não

desenhar hipóteses de trabalho fechadas. Preferimos apresentar ideias que, neste momento da pesquisa, conformam o conhecimento produzido até aqui, de acordo com as experiências e leituras já realizadas. O intuito não é, entretanto, “comprovar” ou “rejeitar” estas ideias. A cartografia não separa os momentos da pesquisa, cartografar é uma atitude em constante movimento de acompanhar a vida também em seu movimento (KASTRUP & BARROS, 2012). Reconhecemos, portanto, as construções a seguir apresentadas como parte do longo e contínuo processo de preparação para a construção do conhecimento que não se restringe a uma etapa anterior à pesquisa. As assertivas a seguir colocadas conformam, assim, os contornos atuais desta cartografia, e não serão rechaçadas ou aceitas, mas reformuladas constantemente durante a pesquisa.

A primeira percepção que povoa fortemente as percepções desta pesquisadora sobre o Corredor da Mata Atlântica do Nordeste é que este território é permeado por um complexo campo de disputas em torno da conservação da biodiversidade conformado por diversos atores que utilizam diferentes justificativas para suas ações de degradação e conservação. O contato com estes atores até o presente momento se restringiu ao ambiente virtual e a ações desassociadas da questão da conservação da biodiversidade. Temos, portanto, em mente apenas a impressão de que há uma complexa cadeia de relações.

Entretanto, a experiência anterior da pesquisadora naquele território e o contato com outras situações de disputa em torno da questão da conservação da biodiversidade nos permitem conceber alguns traços deste mapa simbólico-territorial. Quanto à centralidade da cartografia desta rede de disputas provavelmente a AMANE e o CEPAN ocupam boa parte do espaço, e que a ciência (sobretudo a biologia e a ecologia) opera um papel central em termos de legitimação das suas ações. Junto a esta posição central encontraremos também atores não-humanos como os remanescentes florestais, principalmente os complexos florestais de Murici (AL) e da Serra do Urubu (PE). Os pássaros presentes nestes fragmentos, suas ações e a maneira como são interpretadas pela ornitologia também estão presentes nesta porção central, já que as áreas focais e o desenho do próprio corredor tiveram como um dos critérios centrais estudos sobre estas espécies, especialmente as ameaçadas de extinção.

Ligados a estes atores em relação afetiva de potencialização a estes encontramos os órgãos ambientais do Estado, especialmente o ICMBio, responsável pelas Unidades de Conservação, e as BINGOs (Big International Non-Governmental Organizations) como a WWF, Conservation International e a Bird Life International, esta última aliada à sua filial local chama Save Brazil. As compatibilizações e relações entre estes diferentes atores ainda não são claras. A presença das instituições de ação internacional gera um problema de escala a ser aprofundado oportunamente. Todos estes atores em conjunto conformam uma região do mapa à qual chamaremos por hora de

“ambientalistas”.

Em relação de tensão com o conjunto de atores até aqui mapeados, em uma posição ao mesmo tempo central e marginal no debate, temos os usineiros e grandes fazendeiros de cana de açúcar. Aqui as próprias usinas e as plantações de cana são atores não-humanos importantes. Apesar de serem os responsáveis por ações de extrema degradação se relacionam com o discurso do desenvolvimento sustentável. Que, neste caso deve se relacionar com o discurso de responsabilidade social. Podemos, por ora, inferir que este discurso deve ser em diversos momentos incorporado pelos ambientalistas, pois provavelmente o poderio econômico opera uma aproximação entre interesses a princípio contraditórios.

Será portanto, fundamental, encontrar maneiras de representar relações ambíguas de aproximação e distanciamento ao mesmo tempo entre os atores. Cada ator e cada posição nesta cartografia se alinha a determinadas visões de mundo, modos de vida e projetos de desenvolvimento. Entretanto, esta separação não deve ser estanque na medida em que alianças e antagonismos “inesperados” podem ocorrer. Quero dizer que, há potencializações entre ações e atores a princípio referentes a modos de vida e de ordenamento rivais, e despotencializações entre modos de vida e ordenamento, a princípio, compatíveis.

Um terceiro conjunto de atores presente nesta cartografia de maneira marginal é conformado ora pelo nome genérico de “populações locais”. O trabalho de campo irá trazer estas populações em suas múltiplas faces a partir do autorreconhecimento destas mesmas e de sua posição no debate. É preciso dar conta desta heterogeneidade junto às ações e participações destas populações na disputa. Sabemos que há uma relação de proximidade entre as associações centrais e algumas populações assentadas. Por outro lado, apesar de estarem situados em áreas com remanescentes florestais em um contexto de extrema degradação, as populações indígenas são incluídas em uma posição extremamente marginal no debate.

Este conforma o desenho preliminar da cartografia dos atores que disputam a conservação da biodiversidade no contexto territorial do Corredor da Mata Atlântica do Nordeste. As posições dos atores e suas relações serão bastante modificadas ao longo do processo, novos atores e outras categorias serão incluídas, sempre respeitando as divisões e unidades reconhecidas pelos próprios atores, lançando mão sempre que possível das 'categorias nativas'.

Caixa de ferramentas

Modificar, presentificar e atualizar a cartografia até aqui desenhada é o objetivo da pesquisa. Para melhor empreender esta tarefa faz-se necessário abrir e revirar a caixa de ferramentas teóricas

(preenchida ao longo da trajetória desta pesquisadora) para procurar apetrechos e dispositivos que nos sirvam para o desenho desta cartografia das disputas em torno da conservação da biodiversidade. Talvez esta caixa esteja tão cheia de aparelhos diferentes que seja difícil carregá-la ao longo do percurso. Preferimos, entretanto, por ora, angariar o maior número de instrumentos possível para ao longo trajeto irmos nos desfazendo das menos úteis e ajustando melhor as mais adequadas ao campo e às questões.

Todos os conceitos que serão a seguir apresentados foram sendo operacionalizados ao longo deste projeto. Não nos foi possível apresentar a questão de pesquisa sem lançar mão dos conceitos pois a forma de fazer pesquisa à qual procuramos nos filiar defende justamente uma imbricação entre metodologia, teoria e problematização. Partindo deste ponto de vista pareceu-nos mais interessante ir 'direto ao assunto', para em seguida esmiuçar as noções através das quais foram elaboradas as questões de pesquisa.

Toda a problematização deste projeto está relacionada a um olhar voltado para relações entre saber e poder, de inspiração diretamente foucaultiana. Acompanhando Michel Foucault (1996) reconhecemos que o discurso não se constitui simplesmente por diferentes formas de representação do mundo. A ordem discursiva é dotada de materialidade na medida em que as separações operadas ali - como louco/são, verdade/falsidade, criminoso/inocente, ou, em nosso caso, conservação/degradação, espaço de uso/espaço de mata, natural/cultural, etc - determinam a organização de hierarquias e formas de exercício de poder. Há, portanto, uma ligação inextrincável entre as práticas discursivas e as relações de poder. A consolidação histórica de um conjunto de clivagens específico estabelece aquilo que Foucault chama de regimes de verificação, ou seja, formas de saber e de articular a compreensão das relações entre as coisas (dentre elas, os homens e a natureza) no sentido de manejar alguma determinada arte de governar, reger o controle das condutas (FOUCAULT, 2008).

A ciência, ou melhor, as disciplinas científicas possuem um papel central nos regimes de verificação das sociedades de influência moderna, sobretudo no que diz respeito à questão ambiental. De acordo com este autor, o movimento ecológico questiona ao mesmo tempo em que corrobora os regimes de verificação das ciências biológicas, pois, por um lado, rechaça a ideia de tecnologias garantidas em termos de verdade, por outro, fala também a partir de um discurso de verdade próprio (FOUCAULT, 2004). Por exemplo, toda a visão dos ecólogos, sejam eles acadêmicos ou militantes se baseia em na ideia de 'equilíbrio natural', um balanço entrópico, cuja harmonia é quebrada pela ação humana. Esta compreensão embasa uma série de ações de conservação que muitas vezes excluem as populações locais dos processos de conservação. Não nos é possível saber por ora se este é o caso dos cientistas e militantes ecologistas com os quais teremos contato, mas são ações e

posições relativas a este feixe de relações que a presente pesquisa procurará abordar.

Conforme aponta Ferreira (2013) todo conhecimento tem um conteúdo filosófico político que tem que ser levado em conta sobre risco de reificação, intencional ou não, de formas de dominação, e estes conteúdos, em diversos casos, são pouco abordados ou debatidos pelos ecologistas. Desviar deste risco requer uma revisão cuidadosa das bases epistemológicas que, muitas vezes implicitamente, corroboram a visão do controle. Não é – nem poderia ser – nosso objetivo realizar por completo esta tarefa. Entretanto, olhar para as ações de degradação e/ou conservação colocando em foco as relações entre saber e poder pode ser um caminho interessante para a levantar algumas questões no que diz respeito à relação entre as diferentes formas de conhecimento produzido sobre a conservação da biodiversidade e as posições dos atores envolvidos com esta questão no contexto de um corredor ecológico, ou seja, reconhecer como estes saberes permeiam atuam na conformação das posições dos atores nesta rede de disputas.

Partiremos da ciência enquanto forma de saber aliada e determinadas maneiras de exercício de poder como a porta de entrada para o mapeamento das outras posições e saberes presentes nesta rede. Para tanto, é necessário reconhecer as críticas à neutralidade e objetividade do conhecimento científico. A ciência não se produz no vazio, a partir de uma realidade objetiva e estática a ser descoberta pelo pesquisador, ela constitui e é constituída por determinadas formas de ordenamento da realidade ancoradas em uma determinada cultura. Os conhecimentos (inclusive o conhecimento científico) em suas diversas materializações são ao mesmo tempo produtos do trabalho social, e elementos constitutivos da vida em sociedade. Ciência e a tecnologia são, portanto, agentes políticos imbricados a uma determinada cultura (JASANOFF, 2004). Desta maneira, as ferramentas do *idioma da coprodução*, aparato teórico constituído no âmbito dos Science and technology Studies (S&TSs), aparece como uma alternativa para a incorporação dos entrelaçamentos entre cultura, conhecimento e política. Resumindo, a co-produção propõe que as maneiras através das quais nós conhecemos e representamos o mundo são inseparáveis das maneiras que escolhemos para viver neste mundo (JASANOFF, 2004). É justamente sobre estas escolhas dos diferentes atores que habitam o território do corredor da mata atlântica do nordeste e as formas de conhecer o mundo imbricadas a estas que queremos falar.

O caminho escolhido para a abordagem destas relações foi, por sua vez, a cartografia enquanto ferramenta para a pesquisa de contextos políticos, sociais e culturais através da incorporação dos aspectos cognitivos e/ou afetivos dos territórios. A partir da década de 1970, no contexto da crise paradigmática das ciências, autores de diversas áreas das ciências sociais utilizaram este termo enquanto ferramenta para pensar e colocar em prática novas formas de

pesquisa em humanidades⁶ A proposta metodológica aqui apresentada é uma conjugação de duas propostas em torno da ideia de cartografia, as quais aqui chamamos de 'cartografias dos desejos' e 'cartografias das controvérsias'. As referências aqui acessadas, apesar de possuírem diferenças⁷, compartilham uma valorização do encontro e fazem parte de um esforço de subversão ou abandono das categorias preestabelecidas. Há uma inspiração deleuziana, que privilegia as linhas e fluxos em detrimento dos fixos e das identidades, atravessando ambas as elaborações.

A primeira cartografia faz parte de uma abordagem filosófica, mais difícil de operacionalizar, embora, como um todo seja mais próxima às ideias centrais, que perpassam a presente pesquisa. Chamamos de 'cartografias dos desejos', o conjunto de trabalhos articulados em torno das ideias de Sueli Rolnik, parceira de trabalho do filósofo francês Felix Guatarri, Um dos principais desdobramentos do trabalho de Rolnik ocorreu no campo da psicologia, sobretudo através das pesquisas de cientistas da UFRJ, UFF e UFRGS. Esta perspectiva coloca que a prática de um cartógrafo diz respeito, fundamentalmente, às estratégias das formações do desejo no campo social, sendo assim, o fazer cartográfico é o processo onde estas estratégias encontram novas posições gestadas a partir dos encontros efetivados no próprio ato de cartografar. A cartografia aparece aqui como uma forma de pesquisar as paisagens psicossociais, cartografar processos simbólicos, que vão desde movimentos sociais, a mudanças dos estilos de vida até os quadros clínicos tanto coletivos como individuais (ROLNIK, 2011).

O foco central dessa construção método-epistemológica é incorporar o aspecto móvel e relacional das formas de vida, a partir de uma postura que se contraponha à ideia de uma metodologia baseada em um conjunto de regras preestabelecidas (FONSECA; REGIS, 2012). As questões centrais para a construção do conhecimento são para os defensores desta cartografia: estudar processos acompanhando movimentos, mais do que apreendendo estruturas e estados de coisas; elaborar uma concepção de método tão processual quanto o próprio social; assegurar, no plano dos processos, a sintonia entre objeto e método (PASSOS et al 2012). O princípio da cartografia é, assim, um antiprincípio, pois obriga o cartógrafo a estar sempre mudando de princípios, a cartografia se faz juntamente com as paisagens cuja formação ela acompanha (GUATARRI; ROLNIK, 1986).

O cartógrafo, faz parte dos movimentos por ele cartografados, e possui uma posição ética claramente estabelecida neste processo. O cartógrafo realiza o seu trabalho de cartografar relações

6 Para outras escolas que utilizam a ideia da Cartografia, além das apresentadas neste projeto, Cf. ALMEIDA (2013) ACSERALD (2010) e RIBEIRO (2011). Não incorporamos estas abordagens aqui por compreendermos que se afastam em alguma medida dos questionamentos epistemológicos que constituem a base do mapeamento que conforma a base desta pesquisa.

7 As diferenças e semelhanças entre elas serão mais profundamente abordadas na própria tese.

enquanto e porque se relaciona com elas, o conhecimento se constrói nos encontros, sujeito e objeto da pesquisa, para esta perspectiva, são coemergentes. A cartografia dos desejos, configura assim, uma abordagem radicalmente relacional, que procura cartografar não um 'estado das coisas', mas uma rede de relações entre relações. Dessa maneira, os elementos da cartografia, não podem ser entendidos separadamente como 'atores' ou 'objetos', na medida em que só emergem e se constituem na complexidade de seus encontros, onde estão sempre incessantemente se reconstituindo, se transformando. Procuraremos assim provocar encontros e cartografar os processos em torno da conservação da biodiversidade no corredor da mata atlântica do nordeste.

Barros e Passos (2012) sugerem que o pesquisador deve procurar aumentar o 'quantum de transversalidade' das relações estabelecidas durante a pesquisa, ou seja, estimular o plano onde as diferenças se comunicam e se reorganizam constantemente. Este plano é transversal pois cruza e desestabiliza os planos vertical, que organiza as diferenças em uma hierarquia rígida e estabelecida, e o horizontal, que organiza as diferenças de maneira corporativa, tendendo a homogeneização. Na transversalidade, vão sendo gestados outros mundos passíveis de serem compartilhados por sujeitos dotados de pontos de vista diversos (EIRADO; PASSOS, 2010). A partir desta noção torna-se possível se contrapor às hierarquias estabelecidas - entre saberes, sociedades, culturas etc - sem incorrer em uma homogeneização, ou em uma apropriação ingênua dos processos sociais, como se não houvessem diferenças, inclusive em termos de poder, entre as diferentes perspectivas. Munidos deste olhar podemos atravessar as diferentes formas de reconhecer o território do corredor sem se restringir a uma determinada visão e reconhecendo as redes de afinidade ou distância entre as diferentes posições em jogo, inclusive a desta pesquisadora.

A outra vertente cartográfica que iremos abordar, é denominada 'cartografia das controvérsias', e trata-se de um conjunto de técnicas elaboradas enquanto versão didática da Teoria Ator-Rede (TAR). Esta vertente também opera a partir de uma perspectiva relacional e processual, tendo como ponto em comum a ruptura com uma epistemologia baseada em unidades pré-constituídas: todos os cartógrafos aqui acessados concordariam que as unidades - seja, o social, a cultura, o grupo, ou a classe - são construídas necessariamente como parte de uma teia de interdependências, impossível de ser apartada de seus contextos temporais e espaciais de existência. Esta perspectiva corrobora a importância do reconhecimento das relações entre os modos de vida e as formas de saber.

Entretanto, um ponto central de divergência desta cartografia em relação à perspectiva anterior é a centralidade do conceito de controvérsia na identificação de processos cartografáveis, que seriam, nas cartografias do desejo, constituídos por todo e qualquer processo de formação e transformação de subjetividades. Uma controvérsia é, segundo os autores da TAR, uma situação

onde diferentes atores discordam, ou melhor, 'concordam em discordar' (VENTURINI, 2010). Nessa concepção, este seria o momento privilegiado para realizar uma pesquisa, pois os embates e organizações do social ainda não se estabilizaram, as redes estão em movimento, permitindo uma visão mais clara de sua dimensão dinâmica (LE MOS, 2013). Ao olhar para uma controvérsia quente⁸ o pesquisador consegue acessar mais facilmente a circulação, criação e término das associações que formam a rede, podendo, dessa forma, observar o social enquanto ele se organiza, ou nas palavras de Latour, se 'agrega' (LATOUR, 2012).

Procuramos nos afastar da concepção de 'controvérsia' por acreditarmos que muitas vezes há situações de aparente acordo sobre uma determinada questão, como por exemplo as áreas prioritárias para a conservação em um corredor que possuem embutidas em si conflitos, como as reais possibilidades de escolha e atuação em prol da conservação em um contexto de extrema dominação do território por parte dos modos de vida ligados à cultura da cana de açúcar. Os termos afetividade e desejos parecem expressar melhor uma visão que busca mapear uma topologia do poder (DELEUZE, 2008), ou seja, a distribuição das relações de poder em um determinado plano e as formas de saber que as permeiam.

Entretanto, há contribuições específicas desta 'cartografia das controvérsias', e mais profundamente da TAR como um todo, que poderão nos ser muito úteis enquanto ferramentas. Em primeiro lugar, a abordagem destes autores apresenta uma possibilidade concreta de superação da dicotomia entre natureza e sociedade, através da incorporação de atores humanos e não humanos, que abre interessantes chave de análise em contextos onde esta natureza possui agenciamentos sociais fortíssimos, tornando possível a integração na rede cartografada dos elementos não humanos como os pássaros, a cana e a mata.

Além disso esta teoria possui este nome por não reconhecer uma separação entre os atores em si e a rede que os interconecta. A noção de rede permite que as associações estejam no centro da análise, ao invés de unidades sociais preestabelecidas. A TAR pretende materializar uma 'sociologia das associações', capaz de abarcar a complexidade do social, ao afastar-se das simplificações realizadas pela 'sociologia do social'. Esta última, operaria por processos de purificação das unidades sociais, despindo-as de suas associações, deixando de fora da análise, dessa maneira, os fluxos móveis que necessariamente fazem parte de sua constituição. Já a rede seria este conjunto de agregados em constante transformação (LATOUR 2012), permeado não apenas por uma unívoca ordem social, mas inúmeros modos de ordenamento da realidade mais ou menos legítimos em constante disputa entre si (LAW 1992). A competição entre os diferentes

8 Segundo Venturini (2010), as controvérsias são o social em seu "estado magmático": este líquido com pedaços rígidos e frios e pedaços fluidos em chamas, cuja tendência, com o tempo, é se cristalizar por inteiro.

modos de ordenamento, está intimamente relacionada à conformação da rede, é neste ambiente de associações que, como vimos, a presente pesquisa se concentra.

Atores e agenciamentos podem a todo momento se decompor e recompor de acordo com seu lugar na rede e as ações dos outros atores. A rede reconfigura a todo tempo as ações, e as ações reconfiguram a todo o tempo a rede. Ora, é a organização da rede de atores e agenciamentos em torno da conservação da biodiversidade de acordo com determinados modos de ordenamento do mundo é justamente o que nos interessa no contexto do corredor da mata atlântica do nordeste. Esta é uma tarefa complexa e desafiante posto que acompanhar processos em constante transformação requer alto grau de dinamicidade. Em seguida apresentamos algumas direções apontadas por nossa bússola teórica, embora o norte possa mudar de lugar ao longo do caminho.

Pistas para o Percurso

É preciso deixar claro mais uma vez que o intuito aqui não é apresentar um passo a passo a ser cumprido. Conforme sugerem Passos et al (2010) preferimos a ideia de oferecer pistas que levaremos no bolso para serem acessadas a qualquer momento no porvenir do percurso desta e de outras pesquisas. As etapas estão aqui separadas para fins de compreensão, o que não quer dizer que serão cumpridas sucessivamente. Muito pelo contrário, o objetivo é justamente realizar estas atividades em paralelo contando com os processos de influência mútua entre as diferentes ações que farão parte de nossa cartografia.

Uma das pistas a serem seguidas é o rastro deixado pela biologia da conservação na web no que diz respeito às suas ideias para a conservação da biodiversidade. Faremos um levantamento e sistematização da bibliografia acessível (em termos de acesso físico e linguagem), reconhecendo as vozes majoritárias e dissonantes da biologia da conservação, comparando estas visões com o mapeamento realizado no mestrado sobre a visão dos cientistas sociais sobre o mesmo tema (SANDRONI, 2013).

Em primeiro lugar faremos uma exploração do mundo acadêmico através do levantamento dos periódicos de maior circulação na área da biologia da conservação. A partir daí faremos uma leitura dos resumos dos números mais recentes destas revistas buscando reconhecer os assuntos mais tratados e fazendo um recorte dos artigos voltados pra a discussão sobre as estratégias para a conservação, para leitura integral. Nestes artigos buscaremos os argumentos recorrentes, debates existentes e epistemologias propostas no debate acadêmico sobre o tema. Neste contexto iremos privilegiar os trabalhos que defendem o corredor ecológico enquanto estratégia privilegiada para a conservação. Aqui podemos passar à análise de materiais não estritamente acadêmicos como os

relatórios elaborados pelos principais produtores de conhecimento científico fora da academia como a conservation international, Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, SOS Mata Atlântica, Bird life International, Save Brasil e WWF (instituições que fazem parte da rede de conhecimentos acessada até aqui, mas provavelmente haverão outras).

Este trabalho de leitura será articulado ao trabalho de campo, pois a experiência é parte fundamental do processo cartográfico. Para começar realizaremos um primeiro campo exploratório que contará com uma visita à AMANE e outra à CEPAN em Recife; e à ESEC-Murici em Alagoas, área prioritária de atuação da rede. Elencamos em cada um destes locais uma pessoa que pode ser estrategicamente interessante no sentido de abrir o processo de pesquisa e melhor reconhecer os atores a serem entrevistados. No caso da AMANE privilegiaremos uma conversa com o diretor executivo da associação, cientista ambiental ligado à questão da conservação e coordenador do projeto na ESEC-Murici. No CEPAN, buscaremos contato com o diretor de projetos, pós-doutor em biologia pela UFPE. NA ESEC procuraremos conversar com o gestor responsável pela UC que, além de sua atuação enquanto funcionário do ICMBio, realizou sua dissertação de mestrado em ciências ambientais pela UFAL na região. Uma versão resumida deste projeto será enviada a cada um destes três atores, introduzindo a visita que deverá ocorrer nos próximos meses.

Esta primeira conversa deve ter um caráter bem amplo para abrir o processo cartográfico, sem guiar demais as colocações feitas pelos atores. Conforme justificado anteriormente, partiremos de entrevistas com indivíduos atuantes na AMANE e no CEPAN. Incluímos também os atores da ESEC por estarem diretamente envolvidos com o local de maior atuação destas instituições dentro do corredor. A partir daí vamos procurar os outros atores a serem entrevistados iniciando o processo de informação desta cartografia das disputas em torno da noção de conservação da biodiversidade. O questionário aberto para a primeira conversa inicial com os atores deverá ter duas etapas: uma sobre suas ideias acerca da conservação e dos critérios de desenho do corredor (construção do recorte territorial), e outra sobre os outros atores envolvidos na disputa (segundo eles), ou seja, quem produz discurso sobre conservação da biodiversidade neste território além deles.

Daí surgirão outras entrevistas e a partir destas e da experiência da pesquisadora o mapa das disputas em torno da conservação do corredor ecológico da mata atlântica do nordeste começará a ser desenhado. Como dissemos a cartografia se faz no processo, portanto, as formas do mapa serão delineadas durante o caminhar, privilegiando sempre os feixes de relações entre os atores seus agenciamentos e seus saberes.

Redesenhando nosso norte:

Resumindo, queremos com esta pesquisa:

1. Atualizar a relação entre saber e poder em torno da conservação;
2. Refletir mais profundamente sobre as consequências sociais e políticas do papel da ciência neste caso, inclusive para pensar outras situações;
3. Mapear claramente os atores e os conhecimentos acessados para enxergar melhor as potencialidades em termos de resistência e criação de outros mundos e modos de vida para além da cana de açúcar na zona da mata nordestina.

Através destes elementos cremos ser possível refletir mais profundamente sobre as disputas em torno da conservação com o objetivo de contribuir para que se abram espaços de ação e discurso dentro desta temática que não coloquem seres humanos de um lado e preservação do outro. Em diversas áreas da questão ambiental esta relação está mais aprofundada, mas quando o assunto é conservação, muitas vezes a dicotomia entre sociedade e natureza se reproduz, o que atende a determinados interesses. Partindo de uma perspectiva transversal, gostaríamos de contribuir para o encadeamento e fortalecimento dos devires minoritários em suas múltiplas formas em torno da conservação da biodiversidade. O intuito é contribuir para abrir caminhos para os devires femininos e indígenas e tradicionais e agricultores e ambientalistas e... todos os que possam para construir mundos de maior liberdade gestados no caminho da luta e da resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACSELRAD, Henri. Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner; FARIAS JÚNIOR, Eduardo. (Orgs.) Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social. 1ed. Manaus: UEA Edições, 2013.

CLIFFORD, James. A experiência etnográfica – antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CUNHA, A. A.; GUEDES, F. B. Mapeamentos para conservação e recuperação da biodiversidade na Mata Atlântica: em busca de uma estratégia espacial integradora para orientar ações aplicadas. Ministério do Meio Ambiente (MMA), Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Brasília, 2013.

DELEUZE, Gilles. Foucault. São paulo: Brasiliense, 2008.

EIRADO, André; PASSOS, Eduardo. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (orgs). Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2010.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Etnografia e História das Relações de Poder entre os Terena e o Estado Brasileiro. São Paulo: Editor da Universidade de São Paulo, 2013.

FONSECA, Tania Mara Galli; REGIS, V. M. Cartografia: estratégias de produção do conhecimento. Fractal, Rev. Psicol., v. 24 – n. 2, p. 271-286, Maio/Ago. 2012

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In: Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: Cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, Campinas, n.5, p.7-42, 1995.

JASANOFF, S. The idiom of co-production. In: JASANOFF, S. (ed) States of knowledge: the co-production of science and the social order. London: Routledge, 2004.

KASTRUP, Virgínia & BARROS, Laura Pozzana. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (orgs). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2012.

LATOUR, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede*. Salvador: EDUFBA, 2012.

LEMOS, A. *A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura*. São Paulo: Annablume, 2013.

LAW, J. *Organizing Modernity*. Oxford. 1994.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (orgs). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. In: SILVA, C. A. da (Org.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011.

ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

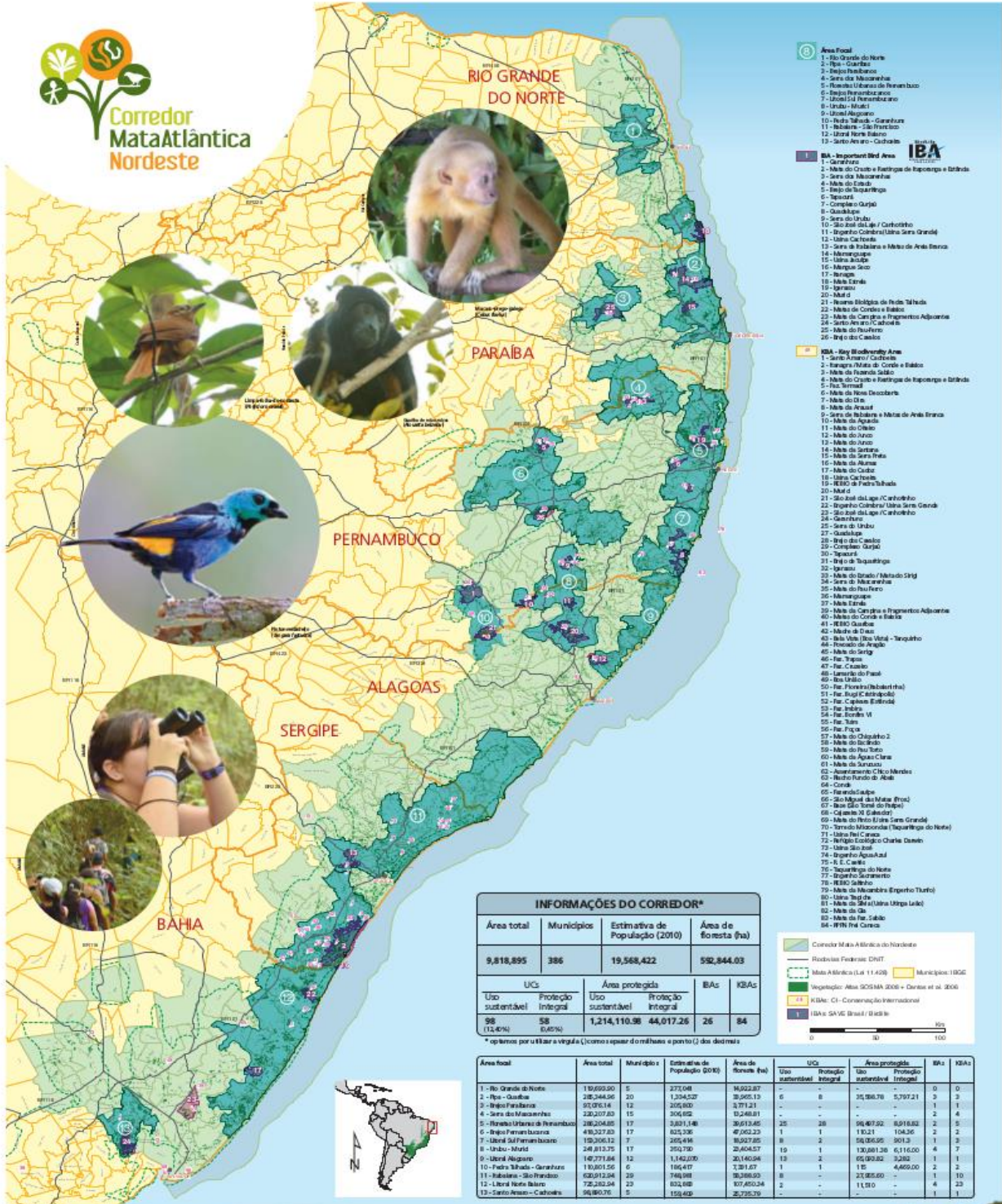
SANTOS, André Luiz da Silva; PEREIRA, Eugênia; ANDRADE, Laise de Holanda Cavalcanti. A expansão da cana-de-açúcar no espaço alagoano e suas consequências sobre o meio ambiente e a identidade cultural. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, v.2, n. 4, p. 19-37, ago. 2007.

SHIMADA, Shiziele de Oliveira. Subserviência do trabalhador no corte de cana no agronegócio canavieiro. *Mercator, Fortaleza*, v. 13, n. 2, p. 145-154, mai./ago. 2014.

VENTURINI, Tommaso. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. *Public Understanding of Science*, 19(3), 258–273. 2010.

ANEXO I – MAPA

Corredor Ecológico da Mata Atlântica do Nordeste e suas respectivas áreas prioritárias



- 3** Área Focal
- 1 - Rio Grande do Norte
 - 2 - Pira - Guaribas
 - 3 - Região Paranaíba
 - 4 - Serra do Maricá
 - 5 - Floresta Urbana de Pernambuco
 - 6 - Região Pernambuco
 - 7 - Urubici - Monte
 - 8 - Urubici - Monte
 - 9 - Urubici - Monte
 - 10 - Pedra Talhada - Garanhuns
 - 11 - Ilhéus - São Francisco
 - 12 - União Nova Italo
 - 13 - Santo Amaro - Cachoeira
- 1** BA - Representant Biod Area
- 1 - Caruaru
 - 2 - Mata do Crato e Fazendas de Rapanga e Estância
 - 3 - Serra da Macaíba
 - 4 - Mata do Crato
 - 5 - Região de Rapanga
 - 6 - Tapera
 - 7 - Complexo Curup
 - 8 - Quixaba
 - 9 - Serra do Urubici
 - 10 - São José do Lago / Carroto
 - 11 - Região Coimbra (Urubici Serra Grande)
 - 12 - União Caiçara
 - 13 - Serra da Pedreira e Mata de Areia Branca
 - 14 - Marmelo
 - 15 - União de São
 - 16 - Marmelo
 - 17 - Rapanga
 - 18 - Mata Verde
 - 19 - Itapani
 - 20 - Matão
 - 21 - Reserva Biológica de Pedra Talhada
 - 22 - Mata de Carimbé e Itaipó
 - 23 - Mata de Carimbé e Fragmentos Adjuvantes
 - 24 - Santo Amaro / Cachoeira
 - 25 - Mata do Rio Frio
 - 26 - Urubici - Monte
- 2** BA - Key Biodiversity Area
- 1 - Serra Amari / Carimbé
 - 2 - Rapanga / Mata do Crato e Itaipó
 - 3 - Mata de Carimbé e Itaipó
 - 4 - Mata do Crato e Fazendas de Rapanga e Estância
 - 5 - Rio Formoso
 - 6 - Mata de São Decoberto
 - 7 - Mata do Crato
 - 8 - Mata de Areia
 - 9 - Serra de Pedreira e Mata de Areia Branca
 - 10 - Mata de São
 - 11 - Mata de São
 - 12 - Mata de São
 - 13 - Mata de São
 - 14 - Mata de São
 - 15 - Mata de São
 - 16 - Mata de São
 - 17 - Mata de São
 - 18 - Mata de São
 - 19 - Mata de São
 - 20 - Mata de São
 - 21 - São José do Lago / Carroto
 - 22 - Região Coimbra / Urubici Serra Grande
 - 23 - São José do Lago / Carroto
 - 24 - Carimbé
 - 25 - Serra do Urubici
 - 26 - Quixaba
 - 27 - Serra do Urubici
 - 28 - Urubici - Monte
 - 29 - Complexo Curup
 - 30 - Tapera
 - 31 - Urubici - Monte
 - 32 - Itapani
 - 33 - Mata do Crato / Mata do Crato
 - 34 - Serra do Maricá
 - 35 - Mata do Rio Frio
 - 36 - Marmelo
 - 37 - Mata Verde
 - 38 - Mata de Carimbé e Fragmentos Adjuvantes
 - 40 - Mata de Carimbé e Itaipó
 - 41 - REBIO de São
 - 42 - Mata de São
 - 43 - Mata de São
 - 44 - Rincão de São
 - 45 - Mata de São
 - 46 - Mata de São
 - 47 - Mata de São
 - 48 - Mata de São
 - 49 - Mata de São
 - 50 - Mata de São
 - 51 - Mata de São
 - 52 - Mata de São
 - 53 - Mata de São
 - 54 - Mata de São
 - 55 - Mata de São
 - 56 - Mata de São
 - 57 - Mata de São
 - 58 - Mata de São
 - 59 - Mata de São
 - 60 - Mata de São
 - 61 - Mata de São
 - 62 - Mata de São
 - 63 - Mata de São
 - 64 - Mata de São
 - 65 - Mata de São
 - 66 - Mata de São
 - 67 - Mata de São
 - 68 - Mata de São
 - 69 - Mata de São
 - 70 - Mata de São
 - 71 - Mata de São
 - 72 - Mata de São
 - 73 - Mata de São
 - 74 - Mata de São
 - 75 - Mata de São
 - 76 - Mata de São
 - 77 - Mata de São
 - 78 - Mata de São
 - 79 - Mata de São
 - 80 - Mata de São
 - 81 - Mata de São
 - 82 - Mata de São
 - 83 - Mata de São
 - 84 - Mata de São

INFORMAÇÕES DO CORREDOR*

Área total	Municípios	Estimativa de População (2010)	Área de floresta (ha)		
9.818,895	386	19.568,422	552.844,03		
UCs		Área protegida		IBAs	KBAs
Uso sustentável	Proteção Integral	Uso sustentável	Proteção Integral	IBAs	KBAs
98 (11,81%)	58 (6,02%)	1.214.110,38	44.017,26	26	84

* números por UBA e vegetação (U como o espaço de milhares e ponto (.) das decimais)

Área focal	Área total	Município	Estimativa de População (2010)	Área de floresta (ha)	UCs	Área protegida	IBAs	KBAs
Uso sustentável	Proteção Integral	Uso sustentável	Proteção Integral	IBAs	KBAs	IBAs	KBAs	
1 - Rio Grande do Norte	1.959.930	5	271.048	16.922,87	-	-	0	0
2 - Pira - Guaribas	28.244,56	20	1.204.227	23.965,18	8	35.988,78	5.787,21	9
3 - Região Paranaíba	93.095,14	12	305.600	3.771,21	-	-	-	1
4 - Serra do Maricá	230.207,03	15	306.052	19.248,81	-	-	-	2
5 - Floresta Urbana de Pernambuco	282.204,05	17	3.201.136	36.913,45	28	96.497,22	8.016,82	2
6 - Região Pernambuco	495.327,03	17	602.236	47.952,22	1	193,1	104,36	2
7 - União São Francisco	159.206,12	7	265.436	18.927,85	8	58.165,95	301,3	1
8 - Urubici - Monte	248.813,25	17	392.750	23.464,57	19	130.881,28	61.162,00	4
9 - Urubici - Monte	147.771,84	12	1.142.070	30.149,94	18	95.992,62	3.926	1
10 - Pedra Talhada - Garanhuns	118.011,56	6	186.417	1.381,67	1	1	4.669,00	2
11 - Ilhéus - São Francisco	620.122,94	29	748.888	38.388,29	8	23.855,00	-	1
12 - União Nova Italo	72.202,04	23	802.648	107.852,24	2	11.010	-	4
13 - Santo Amaro - Cachoeira	94.880,76	5	158.489	25.775,79	-	-	-	1